

A ADAPTAÇÃO DA LINGUAGEM DE CORRESPONDÊNCIAS REAIS DA CORTE PORTUGUESA DE D. FILIPE I, NO SÉCULO XVI, À CONTEMPORANEIDADE - E OS CUIDADOS PARA A PRESERVAÇÃO DO ESTILO

Nelson Rocha Neto*

RESUMO

O presente artigo consiste numa breve apresentação das qualidades do trabalho do revisor de textos ligadas a sociolinguística, estilística e linguagem. Para o desenvolvimento da pesquisa, examinamos a Lei sobre os estilos de falar e escrever (1597), outorgada pelo Rei D. Filipe I de Portugal, cuja linguagem sugere a dificuldade de normatização pela escrita régia ao longo século XVI. Vemos que identificar as transformações gramaticais não se limita em um ato mecânico dissociado da reflexão. Dessa forma, o revisor de textos reorganiza a escrita de forma inteligível não descaracterizando e tampouco subtraindo o espectro “arcaico” de uma época distinta.

Palavras-chave: Estilística. Linguagem. Sociolinguística. História Cultural. Revisor.

RÉSUMÉ

Cet article est une brève présentation des qualités du travail sur la critique de textes relatifs à la sociolinguistique, la stylistique et la langue. Pour le développement de la recherche, nous avons examiné la loi sur les styles de parler et d'écrire (1597), accordés par le roi Philippe, le premier du Portugal, dont le texte suggère la difficulté de la régulation de l'écrite officielle du Royaume au long du XVIe siècle. Nous trouvons qui identifient les transformations grammaticales n'est pas limité dans un acte mécanique découplée de réflexion. Ainsi, l'examineur de textes réorganise l'écrit de façon intelligible sans dénaturiser ni soustraire le spectre «archaïque» d'un temps donné.

Mots-clés: Stylistique. Langue. Sociolinguistique. Histoire culturelle. Examineur textuelle.

INTRODUÇÃO

Tendo o rei Tâmus perguntado a Teuto qual era a vantagem de suas letras alfabéticas, este último respondeu: "Servem para despertar a memória". Ao que replicou o rei: "Pois a mim me parece justamente o contrário, porque os homens, servindo-se desses caracteres, porão tudo no papel e não conservarão nada na memória". (Erasmus de Rotterdam, 1509).

Atualmente, inúmeras são as pesquisas que procuram reconstituir, com extrema perícia, o processo de sobrevivência da escrita à mão na Era pós Gutenberg, obrigando os pesquisadores da cultura impressa a uma atenta revisão de seus pressupostos. Diante da

*Graduado em História, especialista em História Cultural pela Universidade Tuiuti do Paraná e especialista em Assessoria Linguística pelo Instituto Tecnológico e Educacional ITECNE. Email: nelsonrochaneto@gmail.com.

heterogeneidade entre dois tipos de escrita; manuscrita e impressa, essa oposição da “cultura gráfica” nos remete a determinadas temporalidades, embora, restabelecendo elos referentes às diferentes formas de escrita e suas práticas, possibilitando identificar a pluralidade de sua usança.

Frequentemente, o emprego da gramática pode, por vezes, não obedecer às normas estéticas e gráficas vigentes em seu período. Portanto, este artigo propõe investigar as transformações da norma gramatical de Portugal do século XVI e suas possíveis adaptações linguísticas para a linguagem contemporânea, sem trair o espírito original de seus autores.

1. UM BREVE CONTEXTO SOBRE A NORMATIZAÇÃO DA ESCRITA LUSITANA DO SÉCULO XVI

Quando o governo espanhol se apoderou do trono lusitano, ao longo da influência de D. Filipe II, não poucas alterações afetaram as sociedades lusófonas. Com essa união entre as coroas, a Espanha asseverou uma razoável autarquia portuguesa, personalizada pelos Vice-Reis e, posteriormente, por uma Junta governativa intitulada Conselho de Regência do Reino de Portugal.

Inicialmente, no Império português, a prática de difundir informações do ultramar por escritos não era muito habitual. Logo, a estrutura administrativa localizada em Madri estabeleceu para as outras partes do império luso a normatização de um instrumento de governança alicerçado na escrita. Colônias em fase exploratória, como o Brasil, necessitavam constantemente de orientações régias e não apenas de estatutos dedicados às manutenções das defesas territoriais para repelir as atividades corsárias.

Porém, podemos atribuir o ato de regulamentar as informações ao final do reinado de D. João III, pois assolados pelas inquietações quanto às tentativas de rebeliões ou invasões territoriais, os governadores-gerais planejavam o “enraizamento de um modo de governar [...] cada vez mais assentado na prática da escrita, no registro e na circulação da informação”. (SANTOS, 2009, p. 123).

Contudo, atribuímos à necessidade moldada por uma padronização nos estilos de falar e escrever próprios à Coroa espanhola, pois foram estes que reforçaram a praticidade de governo baseado na escrita. A propagação das ideias e o aperfeiçoamento da escrita, além de instruir toda a corte sobre a transmissão de informações plausíveis, contribuíram para a expansão territorial luso-espanhola. Neste caso, compreendemos que “o ponto principal da tentativa era examinar de que maneira a prática linguística podia ser um instrumento ativo de

poder (ou até mesmo constituí-lo), em vez de simplesmente refletir a realidade social”. (HUNT, 1992, p. 22-23).

Embora os usos da fala, do alfabeto e da escrita estejam atrelados à narrativa, o incremento da propagação das notícias do reinol nos primórdios dos estados modernos ocidentais é comumente atribuído à Johann Gutenberg, pois foi por intermédio dos textos impressos que concebemos o conteúdo e o formato discursivo:

[...] A forma serve de ponte necessária para um conteúdo novo, ainda desconhecido. [...] Nas épocas pré-capitalistas, a transição entre a forma e o conteúdo era menos abrupta, mais harmoniosa; [...] relacionava-se com as aquisições de uma criação coletiva em comum (tal como a mitologia). A forma era uma espécie de conteúdo implícito; o conteúdo da obra, [...] decorrente de uma iniciativa criadora individual. Por conseguinte, o conteúdo em certa medida precedia a obra, o autor não inventava o conteúdo de sua obra, mas apenas desenvolvia o que já estava presente na tradição. (BAKHTIN, 1997, p. 409).

A concepção dessa nova técnica, geralmente está atribuída à trinca: bússola-pólvora-imprensa, desenvolvida pela Civilização Sínica. Ainda que nos tempos antigos e medievais a comunicação escrita não fosse imediata, informalmente fazia-se compreender entre todas as ordens dos grupos sociais. Por consequência, “o significado dos textos dependia de uma grande diversidade de fatores, desde a idade dos leitores até as inovações tipográficas, como a multiplicação de indicações cênicas”. (HUNT, 1992, p. 18-19).

A usança da escrita desenvolveu-se morosamente. Todavia, sua transposição para a vida cotidiana adquiriu considerável influência nos costumes tradicionais por meio das declarações de provisões ou leis, por fraudes de documentos, pela fiscalização dos escriturários e no crescimento do número de indivíduos considerados hereges. (BRIGGS; BURKE, 2006).

[...] a pretensão à autoridade corre perigo; o método exegético é desprezado e deixado de lado, os relatos bíblicos convertem-se em velhas lendas e a doutrina, desmembrada dos mesmos, torna-se uma forma incorpórea que não mais penetra na realidade sensível ou que se volatiliza na exaltação pessoal. (AUERBACH, 2001, p. 13).

Estas transformações estabeleceram uma “mentalidade letrada”, detentora dos instrumentos do saber, dos métodos para planejar a linguagem, alma e o conhecimento de mundo, propiciando desta maneira, “descontextualizar o pensamento”, reinventando as ideias para adaptá-las em novas situações. Por consequência não conduziu mais os indivíduos ao

“efeito amnésico” da tradição oral. Devido à durabilidade da palavra escrita emergiu entre a arraia-miúda o embrião da amplitude do conhecimento, existente em sua maioria nos estudiosos do mundo das ideias e da criticidade.

[...] a língua deve ser entendida como um elemento social que reflete, condiciona e configura as diferenças representadas pelos grupos sociais. Quanto a isso, as variáveis linguísticas atuam como indicadores dos diferentes tipos de comportamentos sociais, e alguns desses associados à mudança/variação. (WIEDEMER, 2009, p. 135).

Destarte, a pluridisciplinaridade cultural dos indivíduos e a dificuldade da aplicabilidade da linguagem em elos de variadas formalidades de escrita, permite-nos identificar os estilos da representação do pensamento. Logo, o trabalho do revisor textual adquire um caráter de pesquisa, revendo em dobro e cumprindo uma função de “tornar sociável” a escrita moderna para a contemporaneidade.

2. A LINGUAGEM DO TEXTO REDIGIDO EM 1597: LEI SOBRE OS ESTILOS DE FALAR E ESCREVER

O soberano espanhol Filipe II, oriundo da Casa de Habsburgo, reinou dualmente, apesar de permanecer nas cercanias de Madri, examinando a documentação produzida em todas as localidades do império. Este hábito de reclusão para dedicar-se à leitura e se interar das informações percorreu à boca pequena, conservando entre os seus subalternos a alcunha de “*el rey papelero*”.

A dinastia dos Filipes, inquietada com possíveis críticas depreciativas ou contrárias ao império, estreitou os métodos para constituir a ordem régia no intuito de salvaguardar sua integridade. Para isso, foi necessário difundir os registros escritos e, por conseguinte, formalizar, administrar os tratamentos da fidalguia e as obrigações de cada nobre, obedecendo a uma hierarquia social:

Faço saber, aos que esta minha Ley virem, que sendo eu informado das grandes desordens e abusos que se têm introduzido no modo de falar e escrever, e que vão continuamente em crescimento e têm chegado a muyto excesso, de que têm resultado muytos inconvenientes, e que converia muyto a meu serviço, e ao bem e sossego de meus vassallos, reformar os estilos de falar e escrever e reduzi-los à ordem e termo certo, e praticando-o e tratando-o com pessoas do meu Conselho e outras de letras e de experiência, ordeney de prover nisto na forma e maneyra ao diante declarada. (PORTUGAL, 1597, f. 1).

Tendo em vista manifestar a importância de um poder centralizado e controlar à distância as ações da nobreza, a intenção da utilização da escrita no processo administrativo desdobrou-se também, para organizar uma categoria de pronomes de tratamento, instruir a respeito dos cabeçalhos e conclusões das missivas:

[...] todavia, para que melhor se guarde e cumpra o que toca a todos, ordeno e mando que no alto das cartas ou papéys que se me escreverem se ponha Senhor, sem outra cousa, e no fim delas, Deos guarde a Católica pessoa de Vossa Majestade; e no fim da lauda em que se rematar a carta se porá o sinal de quem a escrever, sem outra cousa alguma, e no sobrescrito se porá A El Rey Nosso Senhor. E os Duques e Marqueses e seus filhos primogênitos somente poderão por no sobrescrito A El Rey meu Senhor, e o mesmo sobrescrito poderão por todos os mays filhos dos Duques além do primogênito que tiverem parentesco com a Coroa Real dentro do quarto grao, contando conforme o Dereyto Canónico. E quando não tiverem o dito parentesco ou não estiverem dentro do dito grao não poderão por o dito sobrescrito, nem o poderá por outra alguma pessoa de qualquer qualidade, dignidade e condição que seja. (PORTUGAL, 1597, f. 1).

Observamos que ao longo do tempo a inconstância e a variação da linguagem difundiram-se entre os grupos sociais. Logo, é importante que o revisor textual utilize métodos persuasivos que colaborem para que o leitor leve em conta a conjuntura relativa às letras e a temporalidade de uma determinada obra, uma escrita ou um texto. Em vista disso, podemos verificar algumas transformações entre os pronomes de tratamento do século XVI para a atualidade:

A estes pronomes de tratamento pertencem as formas de reverência que consistem em nos dirigirmos às pessoas pelos seus atributos ou qualidades que ocupam: Vossa Alteza (V. A., para príncipes, duques); Vossa Eminência (V. Em.^a, para cardeais); Vossa Excelência (V. Ex.^a, para altas patentes militares, ministros, Presidente da República, pessoas de alta categoria, bispos e arcebispos); Vossa Magnificência (para reitores de universidade); Vossa Majestade (V. M., para reis, imperadores); Vossa Mercê (V. M.cê, para as pessoas de tratamento cerimonioso); Vossa Onipotência (para Deus – não se usa abreviadamente); Vossa Reverendíssima (V. Rev.ma, para os sacerdotes); Vossa Senhoria (V. S.^a, para oficiais até coronel, funcionários graduados, pessoas de cerimônia). (BECHARA, 2009, p. 198).

Analisar a padronização de uma ordem escrita equivale a conhecer os valores sociais e suas configurações excludentes ou agregadoras entre os indivíduos. O discurso real não procurava dar visibilidade à demonstração pública de ideias ou posições filosóficas, mas intentava ser compreendido sem ambiguidades, ocultando os seus desígnios e razões:

[...] Os eventos linguísticos à nossa volta são do mesmo tipo do que se desenvolveram em épocas passadas. Embora os padrões gerais de mudança sejam os mesmos, há especificidades em cada época que não podem ser desprezadas [...] (WIEDEMER, 2009, p. 136).

Não obstante, modificar ou adequar certas expressões não podem ser desconsideradas em determinadas correções de textos. Dentre uma ampla gama de possibilidades quanto ao uso da palavra, o revisor textual deve assinalar a linguagem mais adequável ao pensamento. Ainda que as novas expressões tenham origem recente, manifestam uma condição de o indivíduo realizar o seu desejo de expressividade. Todavia as possibilidades de realizarmos uma revisão textual passível de adaptar uma nova forma nas questões de linguagem e estilo são praticáveis. Logo, por intermédio dos escritos desenvolvidos nos séculos passados, adquirimos na contemporaneidade funções práticas equivalentes a de um tradutor.

Antes de transcrevermos os textos, ou “maculá-los”, é necessário interpretar o momento histórico de sua produção. No texto alçado da realeza, redigido em 1597, encontramos a seguinte frase: “Deos guarde a Católica pessoa de Vossa Majestade (PORTUGAL, f. 1)”. O título honorífico, “Majestade”, era recorrente informalmente antes do reinado de D. Filipe I (1581-1598). Portanto, o processo de oficialização do citado tratamento adveio com o cumprimento da Lei sobre os estilos de falar e escrever:

Embora oficializado em 1597, o seu uso ou pelo menos o primeiro rei de Portugal a receber tal tratamento foi D. Sebastião, em 1570 ou 1576. Como se sabe, o tratamento dispensado aos primeiros reis de Portugal era o modesto Vossa Mercê, passando talvez pelo tratamento Vossa Senhoria, até ser substituído por Vossa Alteza, tratamento empregado até a época de D. Sebastião. Ao que parece, o tratamento Majestade foi trazido da Alemanha para a Espanha pelo imperador Carlos V. Em Portugal, como dissemos, deve ter sido introduzido em 1570 ou 1576. Entre estas datas e a sua oficialização há um bom espaço de tempo, fato que parece explicar o primeiro parágrafo da Provisão del Rei [...]. (CARUSO, 1993, p. 206).

Além da interpretação textual, também é necessária a habilidade em transpor os símbolos do documento original para os caracteres com os quais estamos mais habituados, além de identificar as abreviações, quando houver, ao longo do seu desenvolvimento. Devemos ainda verificar os sinais de pontuação empregados, separar ou unir palavras, ler e transcrever números, identificar equívocos para obtermos o sentido e a fluidez do texto, pois que “um texto — impresso, manuscrito ou oral, isto é, atualizado — não é igual à obra em seu

todo (ou ao “objeto estético”). A obra também engloba necessariamente seu contexto extratextual”. (BAKHTIN, 1997, p. 410).

Por esse motivo, torna-se indispensável planejar a reprodução de certas partes textuais com esmero, suprimindo todas as suas singularidades gráficas desvinculadas com a pronúncia das palavras e alicerçá-las no conhecimento histórico de múltiplas bases culturais:

1. simplificamos as consoantes dobradas e eliminamos todos arrebiques como ph, th etc.;
2. uniformizamos o emprego das letras u e i, empregando-as somente com valor vocálico e utilizamos as letras v e j para valores de consoantes;
3. atribuímos ao y o valor de semivogal;
4. transcrevemos & por e e o s floral por s;
5. introduzimos acentos e pontuamos segundo hábitos atuais;
6. separamos as palavras que no texto vêm juntas e juntamos as que vêm separadas;
7. desenvolvemos todas as abreviaturas;
8. indicamos a nasalidade pelos símbolos habituais de nasalização ~ (til), m e n; mantivemos porém o til em palavras como hu, hua, alqua, nenhua. (CARUSO, 1993, p. 207-208).

Decerto, cada indivíduo detém um estilo ou método particular de escrita. Estes estilos gramaticais apresentam alterações ao longo do tempo e ampla versatilidade entre os seus caracteres. Entretanto, uma vez que se tenha esclarecido as características estilísticas, devemos estar capacitados para decifrar quaisquer textos, pondo em prática o empenho “parcimonioso” ou com relativa facilidade, adquirido no estudo da gramática arcaica para a interpretação e aplicação destas em uma linguagem contemporânea, pois por mais que tomemos cautela “só a gramática é mais do que suficiente para nos aborrecer durante toda a vida”. (ROTTERDAM, 2003, p. 47).

3. AS PARTICULARIDADES E SIMILITUDES ENTRE O PORTUGUÊS MODERNO DO SÉCULO XVI E O CONTEMPORÂNEO

Ao situarmos uma fonte discursiva do passado com o intuito de avaliar suas permanências e alterações ao longo do tempo, embora submergidas em componentes subjetivos, desvelamos a representação narrativa enquanto produto da inteligibilidade. Ainda que estes elementos apresentem-se decompostos ou desordenados, de certa maneira poderão ser reorganizados e selecionados para o desenvolvimento analítico interpretativo:

[...] A compreensão recíproca dos séculos e dos milênios, dos povos, das nações e das culturas, assegura a complexa unidade de toda a humanidade, de todas as culturas humanas (a complexa unidade da cultura humana), assegura a complexa unidade da literatura da humanidade. Todos esses fatos

se desvelam tão-somente na dimensão da grande temporalidade, sendo nela que cada obra deve receber seu sentido e seu valor. As análises costumam escarafunchar no espaço acanhado da pequena temporalidade, ou seja, na contemporaneidade, no passado imediato e no futuro presumido, desejado ou temido. (BAKHTIN, 1997, p. 410).

Os textos de origem portuguesa, com os seus diversos estilos de escrita, remetem-nos ao alfabeto romano. Além dos celta-ibéricos e romanos, grupos sociais posteriores contribuíram para a nossa formação linguística, como os clãs germânicos e árabes, os quais nos legaram evidências culturais e linguísticas, culminando desde os manuscritos claramente caligráficos aos intensamente desleixados. Estes vestígios possivelmente configuram em habilidade para o aprendizado; propósito para redigir um documento; sua importância; aspectos semânticos e sintáticos.

[...] analisar um texto à luz da estilística é observar aspectos da seleção vocabular, aspectos ligados à sintaxe, aspectos semânticos. [...] Para sistematizar como se dá a seleção vocabular do texto em revisão, o revisor vai: i) dirigir sua atenção, [...], ao material fônico utilizado pelo escritor; ii) tentar perceber as escolhas das palavras de acordo com sua carga afetiva; iii) perceber se o escritor aproxima suas escolhas dos valores socialmente convencionais ou se os subverte. Para reconhecer os aspectos ligados à sintaxe, o revisor pode sistematizar a preferência por algumas construções sintáticas específicas, o afastamento ou a aproximação das normas sintáticas vigentes, o uso de algumas figuras de construção frasal tais como as inversões, as repetições, o pleonismo. (PERPÉTTUA; GUIMARÃES, 2010, p. 200).

Grosso modo, a funcionalidade da língua procura trazer à memória o conjunto ou ideia de realidade. Contudo, os falantes desta produzem alterações em sua finalidade ao manifestarem particularidades de suas emoções, influenciando a percepção entre os indivíduos devido à variação linguística. Nesse caso “a língua não é um todo homogêneo, pois nas diferentes situações que se nos apresentam em nossa vida social, usamos diferentes variedades de linguagem”. (MARTINS, 1997, p. 6).

Para alguns linguistas a percepção das características estilísticas está conectada à intuição, portanto adequar às especificidades da língua falada e textual liga-se ao desenvolvimento das particularidades e similitudes entre os díspares grupos sociais. Em outras palavras, o uso da linguagem na sociedade vagueia entorno da estilística como sociolinguística, objetivando a representação, a expressão e a compreensão.

A Estilística tem um campo de estudo mais amplo que o da Retórica: não se limitando ao uso da linguagem com fins exclusivamente literários, interessa-se pelos usos lingüísticos correspondentes às diversas funções da linguagem, seja na investigação da poeticidade, seja na apreensão da estrutura textual, seja na determinação das peculiaridades da linguagem devidas a fatores psicológicos e sociais. (MARTINS, 1997, p. 22).

O ajuste da língua portuguesa moderna, portanto, depende de tênues critérios pontuais para disponibilizar uma escrita coeva, sem privar o leitor comum de um texto inteligível, não descaracterizando a escrita original e tampouco deixando que se subtraia o espectro “arcaico” de uma época distinta. Esse esforço para a preservação do “espírito” original projeta uma aproximação do discurso mais antigo com o estilo da escrita. O trecho abaixo permite refletir sobre a expressividade da língua portuguesa do final do século XVI, expondo de que modo os códigos gramaticais de outrora provocam a constante renovação linguística:

Que desta ordem se não possa exceptuar, nem exceptue o vassalo escrevendo ao Senhor, nem o criado a seu amo, porém os officiaes das Câmaras das Cidades, Vilas e Lugares que escreverem aos senhores deles, que tiverem doação minha para se poderem chamar senhores dos taes lugares, porão nos sobrescritos das cartas A N. da Câmara da sua Vila e N. e os pays aos filhos, e os filhos aos pays, e os irmãos aos irmãos poderão além do nome próprio acrescentar o natural, e também antre o marido e a molher declarar o estado do matrimônio se quiserem. (PORTUGAL, 1597, f. 2).

Obedecer a certos fundamentos evita que interfiramos ao máximo conspurcar contemporaneidades textuais que maculem a linguagem seiscentista, possibilitando manter modismos arcaicos característicos do “cálamo” ou da “prensa” dos grupos estabelecidos. Preservar o jargão revela a “preocupação científica do paralelo, tão usado nas ciências naturais, à ponderação e prudência no dizer”. (CORTESÃO, 2006, p. 88). Desde o século XVI, tornou-se recorrente aprofundar os conteúdos de ecdótica, de hermenêutica e de exegese:

[...] Esta escolha, e a qualidade dela resultante, são ditadas pela necessidade de tornar o enunciado tão eficaz quanto seja possível. Utilizar-se-ão as possibilidades expressivas, afetivas, evocadoras e estéticas da língua para obter o matiz e os efeitos desejados. [...] qualquer domínio do sistema sincrônico poderá ser analisado e valorizado do ponto de vista estilístico. (MOREJÓN; MARTINS, 1967, p. 156).

A possibilidade de fazer uso de notas explicativas, que esclareçam os termos mais obscuros ou técnicos de um vocabulário em desuso na língua atual facilita a interpretação e

situa o leitor junto à luz do conhecimento qualitativo cultural dos nossos antepassados. Desta maneira, abranger as normas da linguagem falada transmitida na escrita, as quais outrora exigiram uma maior erudição para a compreensão do texto antigo, elucidarão as dúvidas sob o ponto de vista lexical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tomou lume apenas introdutoriamente para o questionamento relacionado ao “despojo” da língua portuguesa contemporânea e suas veredas de comparação sobre o estudo de uma fonte de compreensão situada no passado à luz do presente. Embora o ofício do revisor textual esteja banhado nas incertezas metodológicas, a conversão dos signos às permanências e modificações dos elementos discursivos submerge em componentes subjetivos do século XVI interagindo com a nossa contemporânea percepção de mundo.

Em vista disso, as práticas relacionadas à análise linguística e estilística, além de revolver os usos da linguagem oral, reencontram-se com as ferramentas sociolinguísticas e históricas. Dessa forma, a pluralidade de interpretações e abordagens fragmentou as funcionalidades da linguagem: seja na investigação do pensamento pela palavra, por manuscritos ou por representações imagéticas abstratas; nas particularidades e similitudes de comparação de duas estruturas textuais distintas; e também na identificação dos fatores psicológicos, sociais ou históricos de um determinado grupo social.

A importância em preservar o caráter estilístico de uma escrita do século XVI, advém da consciência em exprimir com maior propriedade os empregos da linguagem e suas transformações ao longo do tempo, não se apoiando exclusivamente em fórmulas ou resoluções normativas. Todavia, embora haja métodos de investigação voltados à estilística, nenhum assevera a sua categoria de ciência, pois o seu objeto não determina uma delimitação “palpável”.

Na sociedade lusitana da Era Moderna, a circulação de textos impressos provenientes do reino não distinguia a nobreza letrada dos súditos quanto às exigências e punições que transitavam na esfera dos indivíduos versados nas letras. A mensagem textual deveria alcançar o extenso império. Portanto, padronizar a escrita e os pronomes de tratamento foram necessários para que os indivíduos pudessem encontrar uma “praxe” de comunicação oficial que atingisse os anseios ibéricos. Atualmente, podemos notar essa padronização linguística inserida nas práticas de redação oficial disponibilizadas pelas autoridades estatais brasileira.

Para o revisor textual a essência em adaptar uma linguagem considerada “arcaica” ou “antiga” para a contemporaneidade consiste em depreender como as adequações textuais podem despertar sensibilidades distintas. Além de “traduzir” o texto e de reorganizar algumas expressões semânticas, é importante expor para o leitor que a leitura não se restringe em uma ação mecânica dissociada do saber: “ela é uso do corpo, inscrição em um espaço, relação consigo ou com o outro”. (CHARTIER, 2002, p. 70).

REFERÊNCIAS

AUERBACH, Erich. A cicatriz de Ulisses. In: _____. **Mimesis**. A representação da realidade na literatura ocidental. Perspectiva: São Paulo, 2001. p. 1-20.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CARUSO, Pedro. Sobre o estilo e modo de falar e escrever. **Alfa**: Revista de Linguística, São Paulo. v. 37. p. 205-208. 1993.

CORTESÃO, Jaime. A carta de Pero Vaz de Caminha. (Adaptação à linguagem atual). In: **Carta de Pero Vaz de Caminha**: a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 87-90.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.

HUNT, Lynn. Apresentação: História, cultura e texto. In: _____. (org.) **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 1-29.

MARTINS, Nilce Sant’ Anna. **Introdução à estilística**: a expressividade na língua portuguesa. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997.

MOLLICA; BRAGA. (orgs). **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

MOREJÓN, Julio García; MARTINS, Manoel Dias. O idealismo lingüístico e a estilística literária. **Alfa**: Revista de Linguística, São Paulo. v. 11. p. 151-164. 1967.

PERPÉTUA, Elzira Divina; GUIMARÃES, Raquel Beatriz Junqueira. A revisão do texto literário: um trabalho de memória. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 195-204. 2010.

PORTUGAL. **Lei sobre os estilos de falar e escrever**. 1597. Disponível em: <http://purl.pt/15187>. Acesso em: 4 fev. 2014.

ROTTERDAM, Erasmo de. **Elogio da loucura**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

SANTOS, Marília Nogueira dos. O império na ponta da pena: cartas e regimentos dos governadores-gerais do Brasil. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 101-117. 2009.

SILVA, Marcos A. da. O trabalho da linguagem. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 45-61, set. 1985/fev. 1986.

WIEDEMER, Marcos Luiz. Introdução aos conceitos básicos da sociolinguística. **Cadernos do CNLF**, v. 13, n. 3, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009. p. 129-14.